



## Eleições para Procurador-Geral no MPM



No dia 30 de março o Ministério Público Militar estará realizando eleições para composição da lista tríplice a ser encaminhada ao Procurador Geral da República que escolherá o futuro Procurador-Geral da Justiça Militar.

Para concorrer ao cargo, o membro ativo do MPM deve ter mais de 35 anos de idade e pelo menos cinco anos de exercício na carreira. Além disso, não poderá possuir qualquer condenação definitiva, nos últimos quatro anos, nem estar respondendo a processo penal ou administrativo. Ainda que se inscrevam somente três candidatos, a eleição será realizada para definição da ordem de precedência da lista.

Quando da eleição, haverá urna para coleta dos votos em todas as unidades do Ministério Público Militar – PGJM e PJM's- e, no mesmo dia da eleição, essas urnas, devidamente lacradas, deverão ser remetidas à Procuradoria-Geral da Justiça Militar, onde ocorrerá a apuração, no dia 02 de abril.

Além das atribuições inerentes a um chefe de Instituição – coordenar, supervisionar e orientar as atividades do Ministério Público Militar – o Procurador-Geral detém algumas atribuições exclusivas, como por exemplo promover a ação penal originária no Superior Tribunal Militar e a iniciativa da Representação contra oficial das Forças Armadas, para o fim da perda do posto e da patente nos casos previstos na Constituição.

### Calendário 7ª Eleição para Procurador-Geral da Justiça Militar



8 a 12 de março – Inscrição de candidatos.

17 de março – Publicação da Relação de Inscritos, caso o número mínimo de candidatos, três, seja alcançando.

15 a 19 de março – Prorrogação do prazo de inscrição, caso o número mínimo de candidatos não tenha sido obtido no primeiro período.

23 de março – Publicação da Relação de Inscritos e Remessa do Material Eleitoral às PJM's e PGJM.

30 de março – Eleição das 13h às 17h30 (horário local)

2 de abril – Apuração e Remessa da Lista Tríplice ao Procurador-Geral da república.



## PJM Juiz de Fora inspeciona carceragens



Antonio Duarte em vistoria

Uma das primeiras edições do Diário Oficial da União, do ano, publicou Recomendação elaborada pela Procuradoria da Justiça Militar em Juiz de Fora sobre as instalações carcerárias militares federais existentes no estado de Minas Gerais.

No documento, o procurador Antonio Pereira Duarte e os promotores Ataliba Chaves de Souza Neto e André Luiz de Sá Santos enumeram as condições básicas da cela para que os direitos e garantias dos presos

disciplinares ou colocados à disposição da Justiça sejam atendidos.

A publicação da recomendação é o ato final de um trabalho que iniciou com a inspeção de todas as unidades carcerárias militares de Minas Gerais: 18 do Exército; três da Aeronáutica e uma da Marinha, em Pirapora. Nessas visitas, foi verificada a situação de cada uma das celas da Unidade. Foi criado para isso um formulário padrão em que itens como a adequação física das instalações, condições higiênicas, alimentação, assistência médica, entre outros, foram avaliados.

Numa análise geral, Antonio Pereira Duarte considera que a situação apresentada pelas unidades carcerárias do estado é satisfatória. “Uma ou outra possui problemas de infiltração, aeração, pintura, falta de chuveiro, mas são casos isolados e mesmo onde ocorreram, as corporações mostraram-se dispostas a sanar essas inadequações”.

Ainda que a situação das unidades carcerárias seja satisfatória, o procurador acredita, como escreve na conclusão do relatório entregue à Procuradoria-Geral da

Justiça Militar, que “é fundamental que esse parquet realize periodicamente as inspeções previstas em lei”. Para ele, essa vistoria não necessita ser mensal, como prevê a lei de Execuções Penais, mas deveria ocorrer pelo menos uma vez por ano, com registro escrito e fotográfico de todas as celas. Vale destacar, que o primeiro a vistoriar instalações carcerárias militares federais no MPM foi o procurador Osmar Machado Fernandes da PJM Santa Maria/RS.

Um detalhe que chamou a atenção de Antonio Duarte durante as inspeções foi a existência de celas de isolamento, solitárias, em praticamente todas as unidades vistoriadas. Mesmo com a garantia dos comandantes de que esses espaços estavam desativados, conforme expressa vedação legal, esse fato preocupou Antonio Duarte. “São raras, mas esporadicamente recebemos denúncias de militares que afirmam terem estado em solitárias. Quando solicitamos à corporação que se pronuncie sobre as denúncias, ele respondem que estas foram desativadas. Precisamos ficar atentos quanto a isso”, declara o procurador.

### RECOMENDAÇÃO Nº 1, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

O Procurador de Justiça Militar da União, Doutor Antônio Pereira Duarte, juntamente com os Promotores de Justiça Militar da União, Doutores, todos com exercício na Procuradoria de Justiça Militar da União em Minas Gerais, sediada em Juiz de Fora, após a realização das Inspeções às instalações carcerárias militares federais situadas neste ente da República Federativa do Brasil e à vista das observações constantes do Relatório do ano em curso, resolvem, no cumprimento de suas atribuições e com fundamento no art. 6º, XX da Lei Complementar 75/93, RECOMENDAR aos Comandantes das Organizações Militares fiscalizadas, o seguinte:

I - As instalações carcerárias devem estar permanentemente limpas, com reparo de quaisquer infiltrações, que possam gerar insalubridade ao ambiente e, por via de consequência, inospitalidade;

II - As celas que apresentam pinturas e pisos deteriorados precisam sofrer reformas para assegurar sua plena utilização;

III - A existência de luminosidade na unidade celular há de ser garantida, tornando-se as cautelas necessárias, no sentido de inviabilizar ao preso o acesso ou contato com instrumentos cortantes ou pérfuro-cortantes, como o vidro das lâmpadas e das janelas basculantes,

IV - Todas as unidades celulares, além de limpas e arejadas, necessitam conter dormitório, aparelho sanitário e lavatório, em condições adequadas de funcionamento, na dicção do comando previsto no art. 88 da Lei de Execução Penal;

V - A localização das instalações sanitárias deverão garantir um mínimo de privacidade ao preso, impedindo-se sua exposição desnecessária, vexaminosa e degradante;

VI - Além da área mínima de 6m<sup>2</sup> (seis metros quadrados), constitui requisito básico da unidade celular, nos estritos termos do art. 88, Parágrafo único da Lei de Execução Penal, “a”: salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana;

VII - As celas solitárias existentes em algumas Unidades Militares jamais poderão ser utilizadas para receber qualquer tipo de preso, conforme expressa vedação legal, sendo preferível a sua completa desativação, com afetação para outras finalidades, de acordo com o interesse público da Administração Militar.

Ministério Público da União ● Ministério Público Militar ● Procuradoria-Geral da Justiça Militar

MPM notícias - Informativo do Ministério Público Militar ● Publicação de circulação dirigida editada pela Assessoria de Comunicação Institucional da PGJM.

Marisa Terezinha Cauduro da Silva - Procuradora-Geral da Justiça Militar  
Edmar Jorge de Almeida - Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar  
Carlos Frederico de Oliveira Pereira - Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão  
Péricles Aurélio Lima de Queiroz - Corregedor-Geral  
Coronel Pedro Marçal - Chefe de Gabinete  
Pedro Alberto da Silva Alvarenga - Diretor-Geral

Editora - Solange Pereira Pinto DRT/4781/14/80/DF  
Jornalista - Hebert França  
Diagramação/Arte - Alessandra Duarte/Felipe Cruxen  
Estagiário - Paulo Rodrigo Ribeiro Guimarães

Endereço: SAUS Quadra 3 Bloco J - 70.070-25 - Brasília - DF - Tel.: (61) 313.6108/6107 - Fax: (61) 313-6114  
www.mpm.gov.br - E-mail: ascom@mpm.gov.br



## Por onde anda...

### Gilson Ribeiro Gonçalves



Gilson Gonçalves recebe Ordem do Mérito

O subprocurador-geral aposentado Gilson Ribeiro Gonçalves vive atualmente em Balneário Camboriú, em Santa Catarina. Essa é a terceira cidade onde reside após a aposentadoria.

Em cada um dos municípios em que esteve acompanhando os filhos, Gilson

acrescentou um hobby ao seu dia-a-dia. Primeiro em Brusque, município catarinense para onde foi depois de Brasília, lá fez curso de marcenaria e montou uma oficina para produção de móveis. Depois de seis anos, mudou-se para Curitiba, para ficar mais perto de dois de seus filhos que ali faziam faculdade. Na capital paranaense não foi possível montar uma marcenaria nos moldes da antiga, mas o contato com a imensa colônia italiana existente na cidade motivou-o a novos estudos, dessa vez da língua e da literatura italiana. “Não tenho fluência, porque a timidez me impede de falar claramente, mas leio razoavelmente bem”, declara. Outros seis anos se passaram e Gilson Gonçalves saiu novamente com a esposa acompanhando outro filho e chegando a Camboriú.

No litoral catarinense, o antigo hobby da marcenaria, interrompido devido às restrições físicas impostas por um aneurisma na aorta abdominal, foi restabelecido. “A melhora do quadro

permitiu que eu voltasse a fazer pequenos móveis. Ontem, por exemplo, fiz um banco para elevar outro móvel”, afirma Gilson Gonçalves.

Com relação ao Ministério Público Militar, instituição que integrou entre janeiro de 1967 e abril de 1990, as recordações do subprocurador-geral são somente boas. “Só me lembro dos momentos agradáveis e dos amigos que fiz. Os aborrecimentos, a gente esquece”. Na Justiça Militar, Gilson Gonçalves iniciou como 2º Substituto de Promotor da Auditoria da 4ª Região Militar. Em 1973, foi transferido para Brasília, onde, quatro anos depois, seria promovido a 1º Substituto de Procurador de Terceira Categoria da Justiça Militar. A efetivação como Procurador de Terceira Categoria do MPU junto à Justiça Militar veio em 1980 e, no mesmo ano, chega a Procurador Militar de Segunda Categoria. Dois anos depois nova promoção, a Procurador de Primeira Categoria e finalmente em 1987 é promovido, por merecimento, ao cargo de Subprocurador-Geral.

### Rutílio Tôrres Augusto



Milton Menezes, Rutílio Torres e Ruy Pessoa

Ainda que seja essa sua condição em relação ao MPM, aposentado é um termo que não se aplica bem ao subprocurador-geral Rutílio Tôrres Augusto. Sua rotina de conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil e de pesquisador em Direito Penal e Direito Processual Penal não permite inseri-lo no estereótipo que a sociedade criou para os jubilados.

Na seccional do Distrito Federal da OAB, Rutílio é presidente da Comissão de Estágio e Exame da Ordem, integra, também, o Tribunal de Ética da categoria. Em seu escritório, que ele prefere denominar laboratório, o subprocurador-geral desenvolve pesquisas nos campos do Direito Penal e Processual Penal, lá recebe vários colegas e estudantes com os quais contribui elaborando pareceres. Os convites para lecionar em instituições de ensino superior são muitos, mas

Rutílio denega todos, alegando não se considerar um pedagogo.

Entre os hobbies, ele destaca a música e em especial a leitura, com predileção pelos autores português e, nesse universo, o romancista Camilo Castelo Branco é o autor preferido.

Ingresso na Justiça Militar num momento conturbado da história nacional, Rutílio Augusto considera “intensivamente produtiva” sua passagem pelo MPM. Como Gilson Gonçalves, afirma ter guardado apenas boas lembranças e sente saudades dos amigos que aqui fez. A primeira designação de Rutílio Augusto no MPM ocorreu em janeiro de 1967. De Segundo Substituto de Promotor passou, em 1988, a Procurador Militar de Segunda Categoria. Nova promoção em 1995, a Procurador da Justiça Militar, chegando a Subprocurador-Geral em 1996, ano em que se aposentou.





## MPM em Ação

### Aeronáutica

Em novembro (6), o procurador da Justiça Militar em Juiz de Fora Antonio Pereira Duarte recebeu referência elogiosa do Comando da Aeronáutica Parque de Material Aeronáutico de Lagoa Santa/MG, onde participou, como debatedor, das palestras sobre Ministério Público Militar, Inquérito Policial Militar e Auto de Prisão em Flagrante.

### Simpósio

A procuradora da Justiça Militar em Porto Alegre/RS Maria Lúcia Wagner proferiu palestra sobre o tema “Atribuições do Ministério Público Militar” no Simpósio de Estudos Jurídicos realizado no Comando Militar do Sul no dia 25 de novembro de 2003, em Porto Alegre.

### Diploma

A procuradora da Justiça Militar em Manaus/AM Maria de Nazaré Guimarães de Moraes recebeu diploma da Ordem do Mérito Aeronáutico no grau de Comendador em outubro de 2003 por “haver prestado assinalados serviços à Aeronáutica Brasileira”.

### Justiça Militar

Em outubro (8) a procuradora da Justiça Militar em Curitiba/PR Cláudia Rocha Lamas participou na qualidade de palestrante sobre a Justiça Militar, CPM e CPPM, no Quartel General de Curitiba – Artilharia Divisionária Mar. Setembrino de Carvalho.

### Sessão Solene

Em fevereiro (16) a procuradora-geral Marisa Cauduro participou no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios da sessão solene do Conselho Superior na qual houve a promoção a procuradores de cinco membros daquele parquet.

### Seminário

O promotor da Justiça Militar em Santa Maria, Jorge Cesar de Assis, fez palestra sobre o tema Conselho de Justificação do III Seminário de Direito Militar para Professores das Escolas Militares e Assessores Jurídicos das Forças Armadas realizado pelo Superior Tribunal Militar no dia 20 de novembro de 2003, em Brasília.

### Curso

O promotor da Justiça Militar em Fortaleza/CE, Alexandre José de Barros Leal Saraiva, ministrou a disciplina Teoria e Prática das Nulidades no Processo Penal, do Curso de Especialização em Direito Processual Penal, objeto de convênio entre o Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Prof. Camillo Filho e a Escola Superior da Magistratura do Estado do Piauí – ESMEPI, nos dias 21 e 22 de novembro e 6 de dezembro em Teresina/PI.

### Reunião

Procuradora da Justiça Militar em Manaus/AM Maria de Nazaré Guimarães de Moraes proferiu palestra sobre o tema *A Justiça dos Comandantes* durante a 3ª Reunião de Comando do 2º Gpt E Cnst, ocorrida no dia 27-11-2003, em Manaus/AM.

### Especialização

O procurador da Justiça Militar em Fortaleza Antonio Cerqueira ministrou a disciplina Processo Penal Especial do curso de Especialização em Direito Processual Penal, objeto de convênio entre o Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Prof. Camillo Filho e a Escola Superior de Magistratura do Estado do Piauí – ESMEPI, entre os dias 10 de outubro e 1º de novembro de 2003, em Teresina/PI.

### Elogio

Em seu discurso de posse no Superior Tribunal Militar, ocorrida em fevereiro (17), o ministro José Alfredo Lourenço dos Santos fez referência elogiosa à procuradora-geral Marisa Cauduro: “A Dra. Terezinha Cauduro, à frente do Ministério Público Militar é conhecida e benquista no meio castrense – sei que expresso a opinião geral – porque a par da firmeza de suas posições, dever do seu elevado cargo, mostra-se sempre cordial e atenciosa, extremamente ética e reservada, ao mesmo tempo que irradia simpatia”.

### Livro

O Promotor da Justiça Militar em Santa Maria/RS, Jorge Cesar de Assis publicou o livro *Estatuto da Criança e do Adolescente – Coleção Perguntas e Respostas*, 2ª edição Revista e Ampliada, Editora Juruá.

### Mesa Redonda

O procurador da Justiça Militar em Fortaleza/CE, Antonio Cerqueira participou da mesa redonda intitulada *Recifes artificiais no Brasil*, no I Simpósio de Biologia Marinha da Universidade Federal Fluminense, explanando sobre o tema *Aspectos legais sobre o uso do espaço público para a instalação de recifes artificiais*, em novembro de 2003, em Niterói/RJ.

### Artigo

A promotora da Justiça Militar em Salvador/BA, Selma Pereira de Santana publicou os artigos intitulados *A evolução da moderna teoria da negligência*, na Revista de Direito Penal, da Universidade Autónoma de Lisboa, vol. II, nº 1, ano 2003, e *A negligência grosseira: contributo para discussão sobre sua autonomia material*, publicado no *Liber Discipulorum* para Jorge de Figueiredo Dias, Coimbra Editora, 2003.

### Palestra

O procurador da Justiça Militar em Bagé, Clauro Roberto de Bortolli fez palestra sobre a Justiça Militar durante a Semana Acadêmica de 2003, Comemorativa aos 85 anos da CAFV – Novas Tendências e Microsistemas Jurídicos, promovido pelo Centro Acadêmico Ferreira Viana juntamente com o Terceiro Departamento da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas.

### Composição

Pedidos de remoção solicitados nos últimos meses alteraram a composição de algumas Procuradorias da Justiça Militar. A vaga na PJM Curitiba, surgida pela promoção a procurador de Antonio Batista de Souza, foi preenchida pelo promotor André Luiz de Sá Santos, em seu lugar na PJM Juiz de Fora assumiu o promotor Ulysses da Silva Costa Filho. Na PJM Porto Alegre quem assumiu a vaga decorrente da aposentadoria da promotora Zuleika Centeno Stone Jardim foi o promotor Antonio Carlos Gomes Facuri, no seu lugar na PJM Belém está o promotor Jorge Cesar de Assis.

### Posse

Em fevereiro (9), a servidora Eriane Gonçalves dos Santos tomou posse no cargo de Chefe de Gabinete da PGJM.